

**Relatório da Administração**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S., os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e do segundo semestre de 2011, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e da Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

**Histórico**

A Cotação DTVM S/A e Action DTVM, empresas do Grupo Rendimento, presentes no mercado de câmbio turismo desde 1983, com Matrizes em São Paulo, contam, atualmente, com filiais em Campinas, Sorocaba, Indaiatuba, Ribeirão Preto, Guarulhos, Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Porto Alegre, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador. Realizam operações de compra e venda de Papel Moeda, Travelers Cheques e o cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes.

Através do Banco Rendimento, a Cotação também realiza transferências internacionais e compra de cheque em moeda estrangeira.

A Cotação DTVM S/A é primeira empresa do setor a receber o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), fato este comprovado pela constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

**Índice da Basileia**

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Grupo Rendimento, cujo resultado em dezembro de 2011 foi de 15,78%.

**Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa**

As empresas participam da estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, do Grupo Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional e do Grupo Rendimento. Na estrutura de Controles Internos se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participa, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna do

Conglomerado Rendimento, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado.

**Risco Operacional**

A Cotação DTVM S/A e a Action DTVM S/A, se utilizam da estrutura do Grupo, que em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementaram, após aprovação pela Diretoria, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê vinculado diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação.

A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas institucionalizadas através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e objetiva a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

**Ouviodoria**

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Empresas, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantaram, em 2007, suas Ouviodorias, tendo como função ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

O dispositivo de Ouviodoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das Empresas com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

**Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010** (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>21.824</b>	<b>21.180</b>	<b>Circulante</b>		<b>22.187</b>	<b>13.077</b>
Disponibilidades		8.831	9.909	Outras obrigações		22.187	13.077
Disponibilidades	5	8.831	9.909	Cobrança e arrecadação		-	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>6.681</b>	<b>6.000</b>	de tributos e assemelhados		209	164
Aplicações no mercado aberto	6	6.681	6.000	Carteira de câmbio	11a	2.902	1.675
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>634</b>	<b>605</b>	Sociais e estatutárias		-	1.000
Carteira própria	7	634	605	Fiscais e previdenciárias	11b	13.191	8.057
<b>Outros créditos</b>		<b>5.524</b>	<b>4.597</b>	Diversas	11c	5.885	2.181
Diversos	8	5.524	4.597	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>11.488</b>	<b>6.752</b>
Outros valores e bens		154	69	Outras obrigações		11.488	6.752
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>16.216</b>	<b>7.231</b>	Fiscais e previdenciárias	11b	11.488	6.752
Outros créditos		15.068	6.871	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>16.887</b>	<b>11.633</b>
Diversos	8	15.068	6.871	Capital		-	-
Outros valores e bens		1.148	360	De domiciliados no país		8.170	8.000
<b>Permanente</b>		<b>12.522</b>	<b>3.051</b>	Reservas de capital		-	170
Investimentos		5.095	31	Reservas de lucros		8.717	3.463
Participação em coligadas	9	5.063	-			-	-
Outros investimentos		32	31			-	-
<b>Imobilizado de uso</b>	10	<b>6.688</b>	<b>2.184</b>			-	-
Imóveis de uso		22	22			-	-
Outras imobilizações de uso		11.667	4.077			-	-
(Depreciações acumuladas)		(5.001)	(1.915)			-	-
<b>Diferido</b>		<b>479</b>	<b>697</b>			-	-
Gastos em imóveis de terceiros		1.834	2.783			-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento locais		625	430			-	-
(Amortizações acumuladas)		(1.980)	(2.516)			-	-
<b>Intangível</b>		<b>260</b>	<b>139</b>			-	-
Outros ativos intangíveis		374	189			-	-
(Amortização acumulada)		(114)	(50)			-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>50.562</b>	<b>31.462</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>50.562</b>	<b>31.462</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>8.000</b>	<b>170</b>	<b>1.137</b>	<b>10.443</b>	-	<b>19.749</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.884	10.884
Constituição de reserva legal	-	-	544	-	(544)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	10.339	(10.339)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(19.000)	-	(19.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>8.000</b>	<b>170</b>	<b>1.681</b>	<b>1.782</b>	-	<b>11.633</b>
Aumento de capital por subscrição	170	(170)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.224	13.224
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	5.254	-	(5.254)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(470)	(470)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.170</b>	-	<b>1.681</b>	<b>7.036</b>	-	<b>16.887</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>	<b>8.170</b>	-	<b>1.681</b>	<b>2.047</b>	<b>2.031</b>	<b>13.929</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	7.928	7.928
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	4.989	(4.989)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(470)	(470)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(4.500)	(4.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.170</b>	-	<b>1.681</b>	<b>7.036</b>	-	<b>16.887</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010** (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1987 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para o mercado de câmbio turismo e para a prestação de serviços financeiros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatos e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências de participação no mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

**3. Sumário das principais práticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para o dia de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados e outros relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas. f) **Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou ao exercício com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão avaliados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benefícios em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método, exceto quando os rendimentos econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são revisados anualmente quanto à sua recuperabilidade. g) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos intangíveis são revisados anualmente quanto à sua recuperabilidade, cuja realização é avaliada semestralmente. h) **Imposto de renda e contribuição social:** As

provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. i) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua provisão, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2011	2010
Disponibilidades (Nota 5)	8.831	9.909
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	6.681	6.000
<b>Total</b>	<b>15.512</b>	<b>15.909</b>

**5. Disponibilidades**

	2011	2010
Caixa	2.814	2.083
Depósitos em moeda nacional	2.568	5.782
Disponibilidades em moedas estrangeiras (i)	3.449	2.044
<b>Total</b>	<b>8.831</b>	<b>9.909</b>

i) Correspondem aos numerários em espécie (moedas local e estrangeiras), disponíveis para operações de compra e venda.

**6. Aplicação interfinanceira de liquidez**

	2011	2010
Posição bancada:		
Vencimento até 30 dias	-	6.000
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	6.681	-
<b>Total</b>	<b>6.681</b>	<b>6.000</b>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Títulos para negociação - vencimento até 90 dias		
Carteira própria - livros		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	634	605
<b>Total</b>	<b>634</b>	<b>605</b>

**8. Outros créditos - diversos**

	2011	2010
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	171	122
Impostos a compensar	4.034	2.539
Devedores diversos - país (i)	1.253	1.757
Valores a receber sociedade ligada (Nota 13a)	39	-
Outros	27	178
<b>Total</b>	<b>5.524</b>	<b>4.597</b>

Realizável a longo prazo

	2011	2010
Crédito tributário (Nota 12b)	4.595	-
Devedores de depósitos em garantia (ii)	10.473	6.871
<b>Total</b>	<b>15.068</b>	<b>6.871</b>

**Total**

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.  
(ii) Refere-se ao depósito judicial do PIS/COFINS proveniente da Lei 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

**Risco de Mercado e Liquidez**

A Cotação DTVM S/A e a Action DTVM S/A, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez se integra à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, porém possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelas Empresas.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelas Empresas. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e liquidez, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

**Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"**

A Cotação DTVM S/A e a Action DTVM S/A contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo e se reúne para avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-lo em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

As políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu negócio", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas,

**Demonstrações do Resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Sem. 2011	Exercícios 2011	2010
<b>Recargas da intermediação financeira</b>		<b>42.877</b>	<b>78.359</b>	<b>50.866</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras		440	440	-
Resultado de títulos e valores mobiliários		37	306	1.092
Resultado de operações de câmbio		42.400	77.613	49.774
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>42.877</b>	<b>78.359</b>	<b>50.866</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(31.295)</b>	<b>(57.918)</b>	<b>(32.800)</b>
Receitas de prestação de serviços		127	223	357
Despesas de pessoal		(15.930)	(29.202)	(15.980)
Resultado de equivalência patrimonial		9	1.885	1.885
Outras despesas administrativas	15	(15.986)	(26.342)	(14.980)
Despesas tributárias		(2.245)	(4.110)	(2.506)</